

# EXPRESSÃO

Ano 4 Número 41 Dezembro/Janeiro 2013/2014

Uma publicação  
do Sindicato dos  
Servidores Públicos  
do Ensino Superior  
de Blumenau

# UNIVERSITÁRIA

[www.sinsepes.org.br](http://www.sinsepes.org.br)

Foto: Magali Moser

## Entre flores e letras...

*Depois de 21 livros lançados e quase 700 crônicas publicadas, Urda Alice Klueger, a historiadora graduada na FURB e escritora consagrada, prepara-se para entrar num novo ciclo com a defesa da tese de doutorado e a saída de Blumenau (Págs 10 e 11)*

# »» Editorial

Dia 13 de novembro último foi sancionada pela Presidência da República a Lei 12.881/2013, que qualifica as instituições comunitárias de educação superior. O projeto de Lei teve participação fundamental das lideranças da ACAFE e da COMUNG (Consortório das Universidades Comunitárias Gaúchas) para resolver também a situação da origem de criação por Lei Municipal mas com sua natureza jurídica privada. À época era o esforço da sociedade civil organizada junto com o governo local para oferecer o ensino superior para suas regiões. A maioria destas instituições do País estão em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e é inegável a luz da sua própria história que a sua existência teve grande impacto para o desenvolvimento desses municípios. Não apenas na formação profissional, nas atividades de extensão e pesquisa, atendimentos em clínicas, hospitais, postos de saúde, além de oferecer bolsas de estudos. Com este reconhecimento, as universidades comunitárias podem receber recursos orçamentários e participar de editais reservados para instituições públicas, diferenciando-as de cursos privados com fins lucrativos. Com certeza isso é um grande avanço para elas, anunciando desde já menos dependência da receita oriunda das mensalidades escolares para investimentos em infraestrutura e qualificação para docentes, o que inclui também maior acesso ao regime de tempo integral. A Lei especifica a forma do Termo de Parceria como instrumento jurídico para a realização de projetos e atividades em conjunto e/ou com interesse do governo mantendo-se as demais formas como acordos e convênios.

Segundo declaração do Reitor da UNIVALI, Mário César dos Santos, dos 21,5 mil acadêmicos de graduação que estudam na instituição, 2.430 possuem bolsa integral pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) e 2.731 com financiamento estudantil, o que é pouco ainda pois 75% dos residentes em Santa Catarina que frequentam o ensino superior no Estado estão matriculados em instituições com essa característica. Lê-se no parágrafo 3 do Artigo 1º. O seguinte comprometi-

mento: "As Instituições Comunitárias de Educação Superior ofertarão serviços gratuitos à população, proporcionais aos recursos obtidos do Poder Público, conforme previsto em instrumento específico". O Finep anunciou aprovação de R\$ 28,8 milhões para universidades privadas enquadradas na categoria "comunitária" no Cadastro da Educação Superior (E-MEC) do Ministério da Educação. Serão apoiadas propostas para implantação, modernização e recuperação de infraestrutura física necessária às atividades de pesquisa sendo necessário comprovar existência de pelo menos um curso de doutorado reconhecido pelo MEC.

O reconhecimento, no entanto, não

## Cabe às demais IES municipais seguir o exemplo na mesma linha seguida pelas universidades comunitárias para se organizarem institucionalmente por meio de uma representação própria distinta das estaduais

é automático. A partir da promulgação da Lei as instituições deverão apresentar a documentação para sua qualificação, o que inclui os seguintes requisitos: constituição na forma de associação ou fundação de direito privado; patrimônio pertencente à sociedade civil ou ao poder público; não distribuição da sua renda; aplicação integral dos recursos nas suas atividades; e desenvolvimento permanente de ações comunitárias evidenciado pela apresentação do Relatório de Responsabilidade Social relativo ao exercício do ano anterior além de outros documentos.

O esforço resultado dessa lei evidencia que os problemas conjuntos devem ser resolvidos em conjunto com a mobilização em bloco através de uma representação institucional. Na últi-

ma semana de novembro a Presidenta Dilma Rouseff visitou Santa Catarina e conheceu a ACAFE que a recepcionou e a homenageou em comemoração a essa conquista. A FURB esteve presente ao evento mas de acordo com essa lei mesmo pertencendo a ACAFE não nos qualificamos como tal. No primeiro artigo a definição de universidade comunitária é requisito de uma fundação privada e o texto da lei teve o cuidado de especificar aquelas criadas por lei municipal e patrimônio público. Como a FURB já é de direito público pouca mudança ocorrerá pois a FURB já acessa os editais públicos. Persiste sim a falta de enquadramento legal para acesso ao ProUni, o que deixa relativamente para trás novamente. Em fevereiro de 2013 tentou-se pela Medida Provisória 606 (convertida em na Lei nº 12.837 em julho) corrigir essa questão no artigo 5º. A- 'Art. 5º-A: "As instituições educacionais oficiais de ensino superior, não gratuitas, criadas por lei municipal, poderão aderir ao Programa Universidade para Todos - PROUNI, mediante assinatura de termo de adesão, aplicando-se-lhes as disposições referentes às instituições privadas de ensino superior sem fins lucrativos não beneficentes." Foi vetada por essa razão: "A extensão do Prouni às instituições municipais de ensino superior não é possível, uma vez que elas não se submetem aos processos de regulação e supervisão da União, fundamentais ao desenvolvimento do programa. Nos termos do art. 10, inciso IV, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estas instituições integram o sistema estadual de ensino (grifo nosso), que possui procedimentos regulatórios próprios, sem correspondência com os desenvolvidos pelo Ministério da Educação." Que resposta bacana, quando não quer se aprovar uma lei acha-se outro argumento em vício da anterior. A nova lei 12.881/2013 teve três vetos da Presidência da República pouco comentados pela imprensa. Um desses vetos refere-se ao Art 11 que na proposta original dizia: "Fica assegurada às Instituições Comunitárias de Educação Superior vinculadas a sistema estadual de educação a permanência desse vínculo." Seria uma incongru-

ência em relação à justificativa de veto citada anteriormente.

O outro veto foi do inciso III do artigo 2º. que mostra que as universidades comunitárias reivindicavam uma participação mais efetiva e influente no programa de expansão do ensino superior - REUNI do governo federal. Dizia o texto: Art. 2º. .... III- ter o direito de apresentar proposta de prestação de serviço público quando o Estado pretender ampliar ou oferecer novo serviço, a fim de que seja analisada a pertinência, em termos de eficácia, eficiência e agilidade, do aproveitamento da capacidade instalada da instituição pública comunitária interessada em comparação à criação de nova instituição estatal. Novamente as razões do veto presidencial: "O dispositivo impõe entraves à criação de novas instituições de educação superior públicas, podendo prejudicar a expansão da rede pública federal. Além disso, os demais incisos do mesmo artigo já asseguram a complementariedade entre a atuação das instituições públicas e comunitárias de educação superior." Dá para sentir que o caminho não é esse, se o programa de expansão contempla o ensino federal a discussão deveria estar focada sobre o problema da deficiência do baixo índice de acesso ao sistema e que estratégia nacional deveria ser implementada para isso ser corrigido. Em suma é uma reformulação programa em si ou um REUNI II. O MEC criou instrumentos suficientes nos últimos anos para regulação do ensino superior que lhe permitem fiscalizar, autorizar, credenciar, para que as IES cada qual com sua natureza alcancem os índices necessários de qualidade para funcionar. O que faltam às vezes são recursos para as IES com essa vocação. Acreditamos que as universidades comunitárias têm esse perfil e essa condição.

Cabe às demais IES municipais seguir o exemplo na mesma linha seguida pelas universidades comunitárias para se organizarem institucionalmente por meio de uma representação própria distinta das estaduais, pois terão dificuldades específicas que lhe são próprias e é necessário uma mobilização parlamentar na solução dessas questões.

# Participe do Expressão!

Envie textos, opiniões, fotografias, charges, etc... Entre em contato pelo e-mail ou nos telefones abaixo!

#### DIRETORIA SINSEPEs | 2011/2014

**Presidente:** Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafra (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), **Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **1º Tesoureiro:** Leandro Junkes (Biotério Central), **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevon Goretti Damo (CCS), **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** André Luís Almeida Bastos (CCT)

#### CONSELHO FISCAL

**Efetivos:** Edegar Valério Mafra (NRTV), Luiz Heinzen (CCEN), Nazareno Loffi Schmoeller (CCSA)  
**Suplentes:** Selésio Rodrigues (DAC), Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)

**Jornalista responsável:** Magali Moser (02353JP-DRT/SC)  
**Diagramação e edição:** Magali Moser  
**Projeto gráfico:** Leo Laps

**Tiragem:** 3.000 cópias. **Gráfica:** Grafimorte S/A (Apucarana, PR)

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.



## Contato

**Expressão Universitária** é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

**Endereço:** Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

**Telefone:** 47 3321-0400 | 47 3340-1477

**E-mail:** sinsepes@sinsepes.org.br

**Página:** www.sinsepes.org.br



# As mudanças são com eles

Da esquerda para a direita: Mauricio Luiz Krug, Filipe Galvão e João Assis Willenbring integram a equipe e respondem pelo setor de Serviços Gerais da DAC

Série iniciada na última edição do **Expressão Universitária** valoriza os servidores da Universidade. Neste mês, conheça os profissionais que trabalham no setor de Serviços Gerais da DAC

Quando João Assis Willenbring, 55 anos, ingressou na FURB, em 1984 - exatos 20 anos após a fundação da entidade, não conhecia a maior parte dos trabalhos da universidade. Um dos funcionários mais antigos da Divisão de Administração do Campus (DAC) testemunhou momentos marcantes na trajetória da FURB. Um dos projetos que mais marcaram o assistente operacional foi a atividade de exten-

**"Foi uma pena o ex-reitor Eduardo Deschamps acabar com o projeto Furb Visita Sua Rua. Era uma forma de a comunidade conhecer melhor a universidade, os cursos oferecidos e o trabalho da FURB, além de ter acesso a serviços gratuitos"**

são "Furb Visita Sua Rua", realizada pela Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias da FURB com a participação de voluntários e apoio das associações de moradores e escolas, levava serviços gratuitos para comunidades periféricas e de outras cidades da região. Entre os serviços gratuitos prestados à comunidade estavam atendimentos especializados em odontologia, psicologia, medicina e jurídico.

"Foi uma pena o ex-reitor Eduar-

do Deschamps acabar com esse projeto. Era uma forma de a comunidade conhecer melhor a universidade, os cursos oferecidos e o trabalho da FURB, além de ter acesso a serviços gratuitos. Terminaram com o projeto sem mais nem menos", lamenta o funcionário do DAC.

Um outro momento lembrado pelo funcionário é o período da greve histórica de julho de 2007, quando o SINSEPES lutou pela revogação da resolução que previa o corte de direitos como anuênio, triênio e progressão de carreira para técnicos administrativos. Ele não esquece a perda de direitos e não se conforma com o prejuízo que os servidores ainda enfrentam (os 2% do anuênio que foram retirados e nem se comenta em repor). Tem a esperança de que o atual reitor, João Natel, cumpra com o prometido de pagar todas as perdas históricas aos trabalhadores.

#### COM A MISSÃO DE CONDUZIR

Colega de trabalho de Willenbring, Mauricio Luiz Krug, 49, é o motorista do DAC. Ele está nesta seção desde março deste ano. Ele concorda que os projetos sociais são motivadores do trabalho. Todas as sextas-feiras a equipe é responsável por levar as frutas doadas por um supermercado da cidade para alimentar os animais do Projeto Bugiu, em Indaial. Desta forma, acredita que contribui para a pesquisa na universidade, o que o faz se sentir muito recompensado.

"Este ano eu cheguei a ir até Porto Alegre com esse caminhão levar equipamentos da FURB para a Uni-



versidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS) em um convênio de pesquisa de combustível. Foram nove horas de viagem, mas é compensador", relata, orgulhoso.

#### PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS SOCIAIS

Além de contribuir para projetos como este, o motorista também coleta o lixo reciclado de todos os campi da FURB e o desloca até a Reciblu. São contribuições simples mas decisivas para garantir o bem estar de toda a comunidade acadêmica, acredita. O motorista se diz feliz com seu trabalho na Universidade. Ele conta que a paixão talvez tenha relação com a infância, quando passava a maior parte do tempo entre os carros e caminhões da oficina do pai.

Aos 22 anos, Filipe Galvão é o

mais jovem integrante da equipe. Assim como os colegas, ele também aproveita a oportunidade para conhecer melhor a universidade. Tanto que não descarta a possibilidade de cursar graduação: "Eu penso em fazer Engenharia Civil daqui há algum tempo", comenta.

#### EQUIPE QUE FAZ DIFERENÇA

Apesar de ser composta apenas por três integrantes, a equipe de Serviços Gerais da DAC faz o dia-a-dia na Universidade se tornar melhor. Pequenos detalhes que podem passar despercebidos, como a entrega do lixo reciclado para a Reciblu, a entrega de equipamentos e produtos de limpeza ou mudanças de mobiliário ou de sala são algumas das tarefas executadas por eles.



# O enxaimel não é um estilo

Blumenau optou por transformar o centro da cidade para chamar a atenção do turismo, criando um cenário ou falsificação ausente de autenticidade

POR YONE YARA PEREIRA, Professora do Departamento de Arquitetura da FURB <yypereira@gmail.com>

O que denominamos como enxaimel era uma conhecida técnica construtiva medieval, que na Alemanha foi designado por “Fackwerk” ou “Fackwerkbau” e a tradução literal deste termo alemão é “construção em prateleiras”, uma construção em que as paredes são estruturadas por um tramado de madeira aparelhada em que as peças horizontais, verticais e inclinadas são encaixadas entre si e cujos tramos são posteriormente preenchidos com taipa, adobe, pedra, tijolos<sup>1</sup>.

O que se percebe é que a casa do imigrante foi então construída com as possibilidades locais. Eles trouxeram a técnica que já conheciam e dominavam e adaptaram ao material aqui existente. Portanto, a casa do imigrante, construída em um novo lugar, longe de suas origens é uma combinação original de traços importados e adotados, acrescidos de elementos novos, mas com a técnica trazida da Alemanha, o enxaimel.

A grande diferença das edificações de Blumenau com as construções alemãs, é que os sistemas construtivos de lá, são elaborados, com tramos (paredes que ficam entre as madeiras), grandes, peças de madeiras robustas, cruz-de-santo-andré, contraventamentos, componentes construtivos organizados e de valor plástico rigoroso. Já aqui, estas estruturas se simplificaram, tornaram-se apenas esteios verticais, peitoris horizontais e nos panos sem aberturas, escoras inclinadas, fazendo com que os panos sejam singelos, desprovidos de detalhes.

O que chama mais a atenção em relação ao enxaimel da Alemanha é que, no enxaimel construído aqui, aos poucos houve adaptações fundamentais: a introdução de acréscimos, que se dá essencialmente pela adaptação ao clima e ocorrem na

parte posterior e frontal do retângulo que era a casa primeira. Nos fundos da casa, a cozinha é retirada do corpo da edificação, basicamente para a remoção do fogão a lenha que emanava calor, e era incompatível com o clima, bem mais quente que

**A forma como a arquitetura da cidade foi transformada, fazendo com que quem passe por ali pense que ela foi construída pelos imigrantes, deixa no ar um propósito de falsificação, trazendo prejuízos à cidade**

na Alemanha.

Na parte frontal, introduziu-se a varanda, possivelmente para amenizar o sol na fachada. No corpo da casa ficava agora somente a sala e um ou dois quartos, o sótão, que num primeiro momento, era apenas depósito, depois de algum tempo poderia estar dividido em dois cômodos. Esta estrutura enxaimel se repete, tendo em sua base esta configuração:

Com o intuito de implementar o turismo e atrair ainda mais turistas, o poder público blumenauense começou a elaborar e “planejar” a questão do turismo. Para isso resolveu investir em uma cidade que parecesse “mais alemã”, e em 1972 foi lançada uma primeira legislação voltada ao centro da cidade, a qual fazia referência a novas construções, uma lei que concedia incentivos fiscais para construções residências, ou denominadas construção de “ca-

sas típicas blumenauenses”.

Esta legislação, dizia respeito apenas às residências. Ainda não definia o que eram “casas típicas blumenauenses” ficando a critério da Comissão Municipal de Turismo o fazer, e neste caso subjetivamente, julgar quais eram os projetos, ou as casas que estavam dentro deste padrão, porém já trabalhava com incentivos fiscais, o que atraía os investidores a desencadear um processo de construções com estas características.

Mas, a criação de legislação para construções no centro, ou na área urbana da cidade não parava por aí, elas iam-se sobrepondo, sempre com o mesmo intuito: tornar a cidade “com o aspecto de uma cidade com a cara da Alemanha” para chamar a atenção ao turismo.

Muitas cidades, que têm como sua maior fonte econômica o turismo, optaram por se mostrar como novos cenários, sempre apoiadas em alguma característica a qual dava a estas cidades uma determinada particularidade.

Assim, quando da fundação e da ocupação da cidade de Blumenau, com suas características topográficas e geomorfológicas, onde a utilização dos fundos de um vale princi-

pal e consequentemente, ao longos dos rios menores que desembocam no Rio Itajaí-açu, empregavam à cidade uma figuratividade ímpar em sua ocupação. A distribuição dos lotes ao longo dos cursos d’água, inseridos entre morros e ainda, o centro da cidade acompanhando o caminho e curvas do rio, com uma arquitetura que respeitava a escala e a linha das montanhas foram transformados e ao que foi dado ênfase não mais era esta arquitetura de imigração e sim um cenário criado para vender uma cidade.

Talvez o que devesse permanecer sim, e que valeria a pena ser mostrado, seria a autenticidade de uma arquitetura trazida por imigrantes que construíram com as condições e materiais que encontraram e adaptaram num amálgama de cultura, técnica e memória.

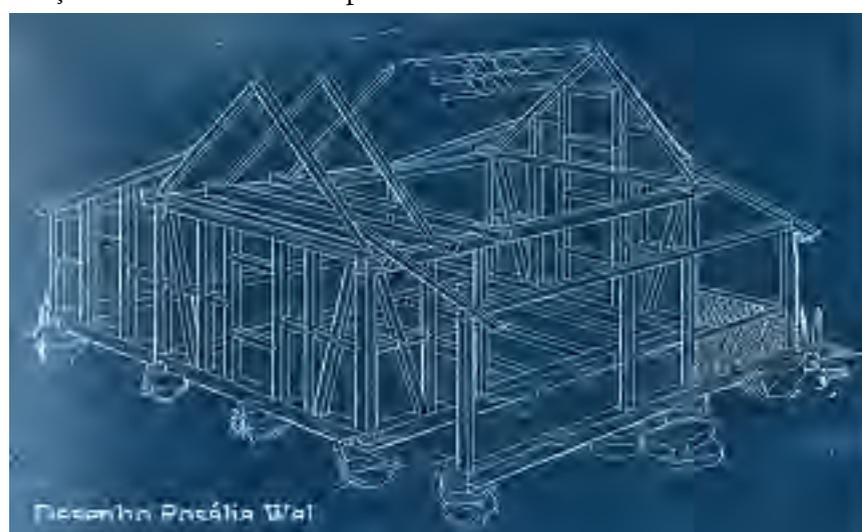
Mas Blumenau optou por valorizar, ou melhor, transformar, o centro da cidade para chamar a atenção do turismo. Cenário ou falsificação, o que importa é que se mostrou e mostra uma arquitetura transformada na ausência de autenticidade e que, se talvez tivessem se empenhado em valorizar o que realmente é a sua verdadeira arquitetura, que seja, atualmente, a área rural, onde está a maioria das casas em enxaimel, construídas pelos imigrantes e locadas em seu sítio primitivo, o turismo teria, muito mais, criado ou reforçado uma identidade visual da cidade.

Em assim sendo, pensa-se que, a forma como a arquitetura da cidade foi transformada, fazendo com que quem passe por ali pense que ela foi construída pelos imigrantes, deixa no ar um propósito de falsificação, trazendo prejuízos à cidade que deixou de lado o que realmente é verdadeiro, suas construções autênticas, para valorizar uma imitação, mostrando apenas um fachadismo e colocando a cidade na rota das cidades que dão mais valor ao que é uma cena do que um fato.

Para se conhecer uma cidade não basta um olhar transitório ou efêmero, precisa-se de um certo tempo e intimidade, a cidade pede olhos de compreensão.

Deste modo, aos visitantes de Blumenau falta ainda conhecer, reconhecer e apreender a cidade, ir além do centro e perceber que a arquitetura de imigração ainda existente, permanece na memória das gerações descendentes desses imigrantes, e que ela é, ainda, uma marca do percurso da história da vida e das sequencias desta imigração, seja no seu modo de falar, vestir, cozinhar ou construir, consequência direta de um sonho pretenso, tendo como objetivo final, um novo começo.

<sup>1</sup>. Definição de Gunter Weimer



# Por que as mulheres são **estupradas**, segundo a Polícia

Em texto publicado originalmente na Carta Capital, no blog Feminismo pra quê, jornalista questiona caso de estupro em Blumenau

POR NÁDIA LAPA, Jornalista free lancer, feminista, blogueira do Cem Homens e da Carta Capital

<blog@cemhomens.com>

Um estuprador atacou uma mulher em Blumenau, Santa Catarina, e a violência física foi tamanha que ela faleceu. Encontraram a vítima na manhã de sábado, 23 de novembro. As informações são do G1, que traz uma fala de uma policial da cidade:

"A Polícia Militar disse ao G1 que o número de ocorrências envolvendo estupros na cidade aumentou nos últimos meses e por isso, orienta para que as mulheres busquem utilizar ruas e vias iluminadas e com movimentação de pessoas e evitem circular desacompanhada em horários com menos movimento, como à noite e início da manhã. "Se a pessoa mora sozinha, uma dica é também evitar chegar sempre no mesmo horário do trabalho. Além disso, tentar andar acompanhada. A presença de duas mulheres já inibe mais a ação. Se percorre o trajeto à pé, se possível, buscar caminhos diferentes, por que é a oportunidade que gera a ação", explica a Sargento Cristina Moreira, da Central de Emergência da Polícia Militar".

Há dois anos, o policial canadense Michael Sanguinetti também deu uma super dica para as mulheres se protegerem de estupros: "pa-

rem de se vestir como vadias". As mulheres não se calaram; a partir desse comentário absurdo do policial, surgiu a Marcha das Vadias. De Toronto para o resto do mundo.

Diante de um crime bárbaro como o estupro, procura-se explicações para o acontecido. Deve ser muito difícil simplesmente assumir que entre nós há pessoas capazes de tamanha atrocidade; porém, os números não mentem. No Hospital Pérola Byington, em São Paulo, são atendidas 15 vítimas de violência sexual por dia. Com estatísticas assustadoras, natural buscar-se métodos para evitar novos crimes.

O problema é focar na potencial vítima, e não no agressor.

Toda mulher aprende desde novinha como se comportar para não ser assediada/violentada/abusada. Os conselhos, em geral, são:

- Não use roupa curta ou decotada;
- Não saia sozinha;
- Não ande em ruas desertas ou escuras;
- Não aceite bebida de desconhecidos;
- Não beba com desconhecidos;
- Não abra a porta da sua casa para desconhecidos;
- Não faça sexo casual;
- Não, não e não. Todos os "nãos"

possíveis e imagináveis. Alguns inimagináveis também.

A policial catarinense ainda deu uma nova sugestão: "se morar sozinha, evite chegar do trabalho sem-

**O discurso de Michael Sanguinetti, lá no Canadá, e de Cristina Moreira, aqui em Blumenau, em vez de ajudar as vítimas, piora ainda mais a situação**

pre no mesmo horário". O que a pessoa vai ficar fazendo? Depois de passar o dia trabalhando, vai ter que criar mecanismos para enganar um agressor? Passear no shopping? Ir ao bar beber umas cervejas - e, ops, isso não pode! O que fazer, então?

Claro que eu não tenho a resposta. Mas acho preocupante quando pessoas que deveriam ser especialistas em segurança pública têm o discurso de culpabilização da vítima. O que elas esperam? Que as mulheres fiquem trancafiadas em casa? O estupro é ao mesmo tempo um crime e uma ferramenta de

controle social. Segundo Jill Filipovic, colunista do Guardian, "mostrar o estupro como algo que acontece fora de casa reforma a ideia de que as mulheres estão seguras em ambiente doméstico, e em risco se elas saírem" (tradução minha). O que não é verdade, uma vez que a maioria dos estupradores são conhecidos da vítima.

As dicas para "evitar o estupro" podem até ser bem intencionadas, quando elas vêm de um amigo ou um familiar (de um profissional de segurança pública, nunca). Porém, elas dão a impressão de que há como escapar de um crime sexual. Se aconteceu com você, é porque "você não se cuidou o bastante", e isso gera culpa na vítima. Neste panorama, dificilmente ela irá registrar a ocorrência ou procurar ajuda.

O discurso de Michael Sanguinetti, lá no Canadá, e de Cristina Moreira, aqui em Blumenau, em vez de ajudar as vítimas, piora ainda mais a situação. Precisamos olhar o estupro como um crime de cunho social. Não é apenas a violência de um indivíduo contra outro; o contexto social precisa ser melhor avaliado. E os responsáveis pela nossa segurança precisam se preparar melhor para tratar de um assunto tão delicado.

google Imagens



# A Copa do Capital

Maiores eventos do futebol mundial, assim como outros megaeventos esportivos, é marcado por processo de exclusão, remoção de milhares de famílias e desrespeito aos direitos do cidadão

POR MARCELA CORNELLI, jornalista do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal em Santa Catarina (Sindprevs)

<marcelacornelli@hotmail.com>

**F**altaria espaço para tratarmos de todos os aspectos que envolvem a realização dos megaeventos esportivos no Brasil, mas vamos tentar levantar alguns pontos de reflexão sobre o assunto. Começando com a Copa das Confederações em julho deste ano, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 o Brasil sediará megaeventos esportivos que já estão afetando à população brasileira, principalmente as comunidades empobrecidas. Estima-se, nas primeiras análises, que 170 mil pessoas terão seus direitos à moradia violados. Os números verdadeiros se saberá com o tempo e tendem a ser maiores. Em um País com um déficit habitacional de 5.500.000 moradias e 15.000.000 de domicílios urbanos sem condições mínimas de habitabilidade (saneamento, infraestrutura urbana, etc.), segundo dossiê elaborado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, e a precariedade e descaso que são tratadas a saúde deveríamos ter o direito de decidir onde o dinheiro público deveria ser aplicado e com certeza não seria nos megaeventos esportivos que em nada beneficiarão a população e sim darão lucros às empreiteiras e aos donos do capital.

De acordo com o dossiê, Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS, Delta e

Galvão Engenharia estão participando da construção de estádios para a Copa. Estas empresas são provavelmente as maiores financiadoras de campanhas eleitorais milionárias no Brasil. E o que dizer da Lei da Copa (Lei número 12.035/2009) que fere a Constituição do País? Institui exigências como a meia-entrada de idosos e estudantes apenas na categoria popular, o mais ba-

**Os megaeventos esportivos afetarão a população brasileira da forma mais danosa possível, estão sendo gastos valores exorbitantes numa parceria do Estado brasileiro e as elites nacionais**

rato, permissão para criação das Zonas de exclusão, com restrição ao comércio de rua e à circulação de pessoas em um raio de dois quilômetros dos estádios, privatização e exclusividade da exploração de símbolos da seleção brasileira e do Brasil, proibição de aulas nas redes do ensino público e privado durante a Copa, criação de crimes especiais e sanções civis para reserva de

mercado, publicidade e propaganda, limitações à captação e transmissão de imagem e som, responsabilidade geral do Estado por quaisquer danos e prejuízos com segurança, levando a União a indenizar a Fifa, a criação de Juizados Especiais e da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, Decreto n. 7.536 2011. Tudo isso preocupa e fere a liberdade do nosso povo. Também o PL 728/2011 que tramita no Congresso para coibir o direito a greve durante a Copa (Leia mais nas págs centrais).

“Os megaeventos esportivos afetarão a população brasileira da forma mais danosa possível, estão sendo gastos valores exorbitantes numa parceria do Estado brasileiro e as elites nacionais com a perspectiva de reposicionar em território nacional um programa cultural, econômico e de esporte e lazer que não interessa ao povo brasileiro”, defende o professor Paulo Ricardo do Canto Capela, professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina.

“Os megaeventos esportivos em sua estrutura, a qual foi aceita em sua forma integral pelo governo Lula e continua sendo aceita de forma dócil pelos congressistas, constrói o que se convencionou chamar de cidade de exceção que permite alterar os Planos Diretores estabelecidos em plenárias populares, conforme estabelece o Estatuto das Cidades. Através desse instrumento “legal” e o uso da força policial são removidas famílias de forma desumana, ilegal e arbitrária, a pedido da Fifa e COI (Comitê Olímpico Internacional). São ações de interesse da especulação imobiliária, hotelaria de luxo e das grandes empreiteiras. O Estado brasileiro está proporcionando aos grandes especuladores e as elites esportivas nacionais o que eles sempre quiseram, e até mais do que sempre esperavam ter”, afirma o professor.

Santa Catarina não sediará nenhum evento, mas sua população também será afetada. Na opinião do professor Paulo Capela. “está em curso no Estado uma série de ações e “conquista” de verbas públicas para as construções de equipamentos de esporte e lazer, obras de ampliação da capacidade da hotelaria de luxo; obras de infraestrutura; além de infindáveis cursos de formação de mão de obra alienada para trabalhar, sem qualquer questionamento crítico durante esses eventos. São ações que trarão sérias consequências, tanto culturais quanto econômicas, além dos recursos públicos que estão sendo empregados nessas ações podem ter sido direcionados para atender históricas demandas populares. São obras e ações definidas através de acordos de gabinete, longe do bom debate democrático e público-popular. O que o Estado de SC “conquistará” será por conveniência das mesmas velhas e car-

comidas elites empresarias, esportivas, em acordo com as também velhas elites políticas de Santa Catarina”, analisa o professor.

Capela observa que encontram-se em fase adiantada de aprovação duas pistas Olímpicas de atletismo (uma em Florianópolis na UFSC e outra em Chapecó) sem qualquer estudo, debate público, ou sustentação teórico-conceitual sobre ser ou não apropriado tais equipamentos para o desenvolvimento esportivo dos municípios e para o estado de Santa Catarina. “Também estão sendo realizados muitos cursos de formação profissional atrelados ao “calendário dos megaeventos esportivos” que em nada modificarão as possibilidades de esclarecimento sobre os megaeventos esportivos, a garantia de condições dignas para atletas e técnicos do esporte de alto-rendimento e nem para a democratização do esporte e lazer das populações de não atletas. Também não contribuirá para a melhoria da empregabilidade dos trabalhadores no Estado. São ações movidas apenas por interesses em captar verbas públicas disponíveis e para crescer o empoderamento das tradicionais elites do Estado”, afirma.

Segundo o professor, para se opor a este modelo elitista de esporte, em Santa Catarina está se construindo uma rede de articulação com intelectuais, artistas, movimentos sociais, sindicalistas, atletas e universidades apoiadoras, no sentido de organizar um grande movimento pela democratização do esporte e lazer no Estado. “Esses agentes precisam ter voz na construção de um novo modelo de esporte e lazer, um modelo de caráter popular. O grande empecilho para termos um sistema esportivo de qualidade referenciado nas demandas populares aqui no Estado e no país não é falta de dinheiro, mas sim de vontade política dos que sempre mandaram no esporte e no Estado em nosso país”.

## PAIXÃO NACIONAL?

Na opinião do professor, os megaeventos esportivos não tem qualquer relação direta com a melhoria da prática esportiva ou de vida do povo brasileiro. “São apenas negócios e uma grande ação de neocolonização cultural e econômica de nosso país e continente, produzirão mais do mesmo, ou seja, o desenvolvimento do sub-desenvolvimento econômico, esportivo e cultural, e é claro, muitos ganhos econômicos para poucos. Quem ganha são as elites empresarias, esportivas, mídia oficial e a indústria cultural do entretenimento, e quem perde é como sempre o povo simples e sofrido, os trabalhadores e seus filhos e todos aqueles que trabalham para a consolidação de um projeto nacional-popular para o Brasil”, finaliza.



# Diversidade Cultural e Direitos Humanos no Brasil

Cenário brasileiro remete a incontáveis processos de colonização preocupados em expandir territórios, dominando e exterminando culturas e povos e tendo como consequência múltiplas exclusões

POR **GEORGIA CARNEIRO DA FONTOURA**, Bacharel em Direito pela FURB/SC. Pesquisadora integrante do GPEAD/FURB

<gefontoura@gmail.com>

POR **LILIAN BLANCK DE OLIVEIRA**, Pedagoga. Doutora em Teologia. Docente pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (FURB). Líder do GPEAD/FURB

<lilianbo@uol.com.br>

POR **TARCÍSIO ALFONSO WICKERT**, Doutor em Filosofia pela UFSC. Vice líder do GPEAD/FURB; integrante do grupo de pesquisa: Gestão Universitária e Ensino Superior, Prof. Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Administração

<wickert2011@hotmail.com>

Os Direitos Humanos são uma busca constante de conquistas de Direitos à dignidade, através de insistentes lutas sociais com base nas memórias construídas historicamente, que segundo Flores (2002) compõe nossa racionalidade de existência. Para Hannah Arendt (1979), os Direitos Humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana em constantes processos de construção e reconstrução.

O cenário brasileiro é marcado por inúmeros processos de colonização ocupados em expandir territórios, dominando e exterminando culturas e povos, tendo como consequência múltiplas exclusões, invisibilidades e mazelas político-sociais. Estas práticas de não possibilidade de participação para todos se defrontam, entretanto, com outros pensamentos e ações de caráter inclusivos – diferentes tempos, espaços e lugares de e para superação - em movimentos de libertação e emancipação das forças opressoras.

Podemos identificar no arcabouço institucional-legal das sociedades contemporâneas a busca pelo fortalecimento de uma política/ação em e para os Direitos Humanos, movidos por discussões e reflexões voltadas às vulnerabilidades e diversidades culturais presentes na sociedade brasileira. A emergência das lutas emancipatórias e de afirmação tuteladas pelos Direitos Humanos clamam por outros olhares e leituras - saberes e conhecimentos na busca por reconhecimento das diferenças culturais, “lôcus privilegiado para articular direitos de igualdade e direitos à diferença, políticas de igualdade e políticas de identidade” (CANDAUI, 2009, p.81).

A partir do viés da negação das diferenças (tendência histórica de homogeneização cultural), a abordagem moderna constituiu-se em políticas multiculturais de tolerância à diferença - assimilacionistas em padrões unitários e diferencialistas em segregações fragmentadas - com a presença de referenciais acerca do direito à diferença e do reconhecimento da diversidade cultural como formas de compreensão das relações nas culturas.

A efetivação de uma proposta em, para e com Direitos Humanos detém a capacidade de provocar o surgimento de outras cartografias culturais, sociais e políticas a partir de uma outra

perspectiva, a intercultural, que busca abrir portas e transpor fronteiras na busca da desconstrução de subalternidades históricas.

## Questionar e desafiar a percepção e adoção de outros olhares em processos que relacionem Diversidade Cultural e Direitos humanos se apresenta como tarefa historicamente necessária

Os Direitos Humanos (pró)voçam uma miríade de processos abertos, plurais e complexos, que precisam ser articulados e pensados com, para e em territórios - coletivos de produção de saberes e conhecimento. Espaços/lugares para ampliar e (res)significar olhares e leituras criando condições para a desconstrução de subalternidades históricas de forma dialética e alteritária, configurando outros modos de ser e de (con)viver.

Assim, criam-se possibilidades his-

tóricas para a assunção de sujeitos de direitos, base para se construir uma convivência social onde a diferença e a igualdade possam elaborar estratégias para enfrentar colonialidades, enquanto ferramentas para e na construção de caminhos decolonizantes frente a propostas (inter)civilizatórias - uma sociedade radicalmente distinta.

Questionar e desafiar a percepção e adoção de outros olhares e leituras em processos que relacionem Diversidade Cultural e Direitos Humanos - (re)conhecer e empoderar os atores sociais na construção de sociedades democráticas, plurais e inclusivas - se apresenta como tarefa historicamente necessária e intransferível.

Neste sentido, por iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, acontecerá em Brasília, no período de 10 a 13 de dezembro de 2013 o FÓRUM MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS – FMDH. Um espaço de debates públicos de âmbito nacional e internacional, no qual serão tratados avanços e desafios com foco no respeito às diferenças, na participação social, na redução das desigualdades e no enfrentamento a todas as formas de violações aos Direitos Humanos. O evento visa construir agendas, for-

talecer e criar novas redes, aprofundar, otimizar e possibilitar debates de modo contínuo entre a sociedade civil, as Instituições públicas, as universidades e as instâncias dos Poderes Públicos Municipais, Estaduais e Federal. A FURB integra o Comitê Organizador desse evento mundial ([www.fmdh.sdh.gov.br/](http://www.fmdh.sdh.gov.br/)) e com um grupo de pesquisadores, docentes e acadêmicos oriundos de diferentes centros e cursos de nossa Universidade estará desenvolvendo diferentes Atividades Autogestionadas no evento.

## REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CANDAUI, Vera Maria. Educação em direitos humanos e diferenças culturais: questões e buscas.

Revista Múltiplas Leituras, v.2, n.1, p.65-82, jan/jun 2009.

FLORES, Joaquin Herrera. Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência.

Revista Sequência: estudos jurídicos e políticos. Programa de Pós-Graduação em Direito da

Sebastião Salgado





# Nas **entrelinhas** da vida

Foto: Magali Moser

Com a aproximação da defesa da tese de doutorado, na Universidade Federal do Paraná, escritora e historiadora Urda Alice Klueger se prepara para casar, viver na praia e deixar Blumenau

POR **MAGALI MOSER**, jornalista do SINSEPES

<magali.moser@gmail.com>

**E**la chega cinco minutos antes do horário combinado. Com um vestido colorido até os pés e acompanhada do inseparável companheiro dos últimos seis anos, o cachorro Atahualpa, nome escolhido em homenagem ao último imperador inca. Usa brincos azuis no mesmo tom da pulseira e um batom cor-de-rosa – os cabelos loiros estão cuidadosamente amarrados em forma de coque. Aos 61 anos, a escritora de “No Tempo das Tangerinas” (1983) e “Cruzeiros do Sul” (1992), para citar alguns dos livros mais famosos, conserva uma voz de menina e um coração cheio de sonhos. Com 21 livros lançados, entre romances, crônicas, relatos de viagens e literatura infanto-juvenil e em torno de 700 crônicas publicadas, Urda Alice Klueger se prepara para ingressar num novo ciclo. No início do próximo ano ela defende a tese de doutorado em Geografia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Depois disso pretende casar com o namorado argentino, com quem mantém um relacionamento há cinco anos, dedicar-se à sala de aula e realizar um antigo projeto: morar na praia. Não qualquer uma, avisa: “tem de ser na Enseada de Brito, uma vila de pescadores próxima à ilha de Santa Catarina”.

Desde o lançamento de Verde Vale, o primeiro livro da escritora lançado em 1979 (hoje na 13ª edição, inclusive com versão em Braille), Urda passou por infinitas transformações. Foi cronista dos jornais A Notícia, de Joinville, e Diário Catarinense, de Florianópolis. Tornou-se militante dos movimentos sociais. Passou a ser referência na literatura brasileira, constando, inclusive, no Atlas da Literatura Brasileira do IBGE. “Se eu tiver que me definir, eu me defino como uma cidadã da América dita

Latina. E não como a escritora de Blumenau, como querem que eu seja”, revela, sem esconder o incômodo em ser vista como uma escritora “de Blumenau”. Urda não gosta de rótulos. Quando questionada se o que a atraiu para a literatura, na década de 1970, é o mesmo que lhe move hoje, ela não hesita: “Eu não saberia viver sem escrever. Antes mesmo de ser alfabetizada, já imaginava as histórias”, conta.

**“Se eu tiver que me definir, eu me defino como uma cidadã da América dita Latina. E não como a escritora de Blumenau, como querem que eu seja”**

Nascida em Blumenau, Urda passou a infância na Rua Antônio Zendron, no Garcia. É a filha do meio de uma família onde o pai era proprietário de restaurante e a mãe dona-de-casa. Ainda não sabia ler quando folheou A Cinderela em livro de pano trazido pela tia que morava no Rio de Janeiro pela primeira vez. Na mesma época, chorou muito quando lhe apresentaram a história de O Patinho Feio. A comoção foi tanta que a menina inventara que estava com dor “no lado” (no abdômen) e a família a encheu de chás. No tempo em que o sonho da menina Urda era fazer 12 anos para então poder retirar livros na Biblioteca Pública Municipal Fritz Muller (os livros de casa ela já tinha lido todos, inclusive as enciclopédias!), os seus primeiros contatos com as letras surgiram através da religião. A mãe, extremamente católica, era assinante da Revista Família Cristã, da igreja. Chegou a ler toda a

obra de A Divina Comédia, de Dante Alighieri, na publicação mensal. O polêmico livro fora publicado em partes, a cada edição na revista. “Eu lia a revista toda em um dia. Queria uma nova todo o dia! A revista era fina e só durava um dia para mim”, lembra, aos risos. Na mesma revista, a então criança Urda também teve contato com os principais quadros pintados na história da humanidade. Mais tarde, teve a oportunidade de ficar diante deles pessoalmente em museus espalhados pelo mundo. Entre os escritores mais influentes para a formação da escritora estão o norueguês Knut Hamsun, Simone de Beauvoir, Jorge Amado, Érico Veríssimo, José Mauro Vasconcellos, Graciliano Ramos e Eça de Queiroz. Mas é o autor de A Metamorfose, o tcheco Franz Kafka, quem lhe deixou as marcas mais profundas. “Ele foi um divisor de águas na minha vida. Há a Urda antes e depois de Kafka”, resume.

## RELAÇÃO COM BLUMENAU

O projeto de morar na praia marcará o fechamento de um ciclo e o início de outro para a escritora. Ela morou apenas duas vezes fora de Blumenau, em Lages e Brusque (em períodos curtos e sempre com a certeza do retorno). Costuma dizer que morou também em Salvador, para onde foi por oito vezes. “Salvador é meu lugar no mundo. A arte, a história, a gentileza humana... é o inverso de Blumenau”, acredita. Embora seja blumenauense e moradora da cidade praticamente por toda a vida, Urda não esconde o sentimento de “estrangeira” na própria cidade.

## POSICIONAMENTO POLÍTICO

Urda não é e nunca foi filiada a par-

tido político. Não acredita na política partidária. Apesar disso, não nega a participação na campanha política da candidata do PT Ana Paula Lima à prefeitura de Blumenau durante as últimas eleições municipais. Foi uma participação como eleitora, adverte. “Acredito em filosofias políticas. O que me define é que sou anticapitalista”, observa.

“O capitalismo é uma selvageria, é muito ruim. É tão ruim que fez até as pessoas acreditarem que o mundo sempre foi assim. O império romano existia sem o capitalismo! Esse sistema vive uma crise muito séria. Eu a estudo desde 2008. A crise é muito maior que a de 1929, está longe do auge e é sem retorno para o epicentro”, conclui.

O processo de transformação de Urda começa com os festivais internacionais da canção, durante a ditadura militar brasileira. Depois disso, o envolvimento no meio sindical, como bancária. Num tempo em que se ia para as assembleias com a mão no rosto para cobrir a identidade e evitar o reconhecimento futuro, inicia o envolvimento da escritora também com os movimentos sociais. Ela cita o ex-dirigente sindical e ex-vice-prefeito de Blumenau Inácio Mafra como responsável pelo maior envolvimento dela neste meio.

## VIDA PROFISSIONAL

Urda foi bancária por 26 anos da Caixa Econômica Federal. Lembra com precisão o primeiro dia de trabalho: 16 de janeiro de 1978. A aposentadoria por tempo de serviço ocorreu em 1997. Como se define “anticapitalista” eu a questiono como era para ela trabalhar em banco, símbolo máximo do sistema condenado por ela. “Era uma bancária feliz. Naquela época a

Caixa tinha muitos projetos sociais, como crédito educativo e financiamento habitacional. Nunca fui chefe ou caixa. Não queria me casar com a empresa”, brinca. A função dela era abrir cadernetas de poupança. O contato com os tipos mais diversos a inspirou na construção de vários dos personagens de seus livros, anos depois.

**VIDA ACADÊMICA**

O desejo de cursar História estava com ela o tempo todo, apesar de ter feito Economia antes, mesmo sem concluir. “Quando criança eu queria ser arqueóloga. Até hoje, qualquer coisa de arqueologia mexe profundamente comigo”, confessa. Aliada ao desejo, Urda também se espantava com a ideia de se aposentar e não ter o que fazer. Terminou a graduação em História na FURB em 2000. Em 2004 a escritora tentou a inscrição para o mestrado em Educação na FURB. Não foi aprovada na prova de seleção. Mais tarde surgiu a sugestão de tentar o processo seletivo para o doutorado em Geografia na UFPR, onde ingressou em 2006. Na tese, Urda trabalha com quatro ONGS ambientalistas, numa proposta que reflete o meio ambiente e a sustentabilidade. Não esconde a felicidade com o feito. O aprendizado sempre despertou fascínio para ela. O orientador dela no doutorado, Nilson César Fraga, lembra que a Urda é o segundo caso de ingressante no Programa de Pós

Graduação em Geografia da UFPR. “Há apenas uma doutora formada neste programa, assim, Urda é a segunda. Ambas ingressaram por notório saber, ou seja, digno de apreço ou louvor, ou

**"A Urda me reapresentou o mundo que fica do lado de fora dos laboratórios, o mundo real e vivido pelas pessoas, um mundo onde se respira mais levemente (...)  
Ela tem esse dom, o de acreditar nos sonhos"**

mesmo, merece ser notado, respeitado e aplaudido”, analisa Fraga. O professor atribui o fato de Urda não ter sido aprovada na seleção para o mestrado na FURB a questões políticas: “Creio que seja fruto de políticas internas, ligadas às burocracias da FURB, ou mesmo, e não duvido muito, um pouco de medo de concorrência, ciúmes, inveja e outros adjetivos, que sempre encontramos no mundo departamentalizado das Universidades. Como vivo a e na universidade, sei muito bem o que estou dizendo”, conclui.

O professor explica que o procedimento de ingresso no doutorado por

notório saber dá-se por meio da arguição do futuro orientador dela, neste caso ele, que apresentou o projeto e o memorial descritivo da produção da Urda, em síntese, aos membros do Colegiado do Doutorado em Geografia da UFPR, a biografia da Urda. Depois de mais de uma hora de defesa, o Colegiado, por unanimidade, aceitou a candidata Urda Alice Kluger como doutoranda em Geografia, sob orientação dele. A candidata não participa desta sabatina e o resultado se tornou público, 20 dias depois. “Foi gratificante e emocionante orientar a Urda. Ela é um ser de infinita luz e com uma capacidade cognitiva invejável. Sua trajetória intelectual e atuação nos movimentos sociais blumenauses, catarinenses, brasileiros e internacionais sempre caminharam em conjunto com a produção da tese de doutorado, pois a Urda possui esse dom, o de acreditar nos seus sonhos, nos sonhos dos outros, está sempre preocupada com o bem comum. Ela vive sempre em busca e na luta pela felicidade das pessoas, sobretudo dos que sempre estiveram as margens das nossas sociedades”, reconhece.

Desde o início o professor diz que sabia como seria orientá-la. Eles fizeram viagens de reconhecimento juntos, percorreram o Vale do Itajaí, foram até a cidade de Atalanta, objeto de estudos da tese dela e em muitos outros lugares do Vale e da Serra catarinense. Emocionaram-se, riram, angustiaram-

-se em cada curva das centenas de quilômetros feitos juntos. “Aprendi muito com ela. Devo confessar que a Urda ajudou-me no reencontro com a humanidade e a solidariedade que estavam perdidas dentro do meu coração, pois os muitos anos em que vivi enterrado nos laboratórios da Universidade (esse castelo de encantos, soberba e arrogância), fizeram com que me tornasse uma pessoa mais dura, cartesiana e sempre em busca de resposta para as complexidade do mundo por meio da ciência - a Urda me reapresentou o mundo que fica do lado de fora das portas dos laboratórios, o mundo real e vivido pelas pessoas, um mundo onde se respira mais levemente”, defende o professor que conheceu a Urda primeiramente pelos livros, nos anos 1980, nas escolas onde estudou, em José Boiteux, no Alto Vale do Itajaí.

Urda garante: não é mais a mesma que aquela que entrou no doutorado, há quatro anos. Foram tantas visões novas de mundo! Na primeira aula do Doutorado, na disciplina de Epistemologia da Geografia, ela se sentiu um pouco intimidada, pensou que ficaria quieta durante toda a aula. “Mas aí descobri que o conhecimento é todo imbricado. Descubro que livros que li quando criança fazem parte da geografia moderna! Foi a primeira e grande descoberta! Foi maravilhoso!”, recorda. A escritora ainda não definiu quando sairá de Blumenau, mas é certo que deixará saudades.

**Relembre a história de Urda em fotos**



Em sentido horário: em lançamento de livro, em Florianópolis. Durante o Grito dos Excluídos, em 2010 em Blumenau. Em uma de suas viagens a Bolívia. Noutra participação nos movimentos sociais em Blumenau. Durante a tese de doutorado. Na escola, durante a infância no Bairro Garcia (Fotos: Arquivo pessoal da escritora)

# Cidadania, subjetividade e emancipação nas manifestações

Fotos Magali Moser

Análise busca entender as características da revolta popular que movimentou brasileiros de todo o país e até os que moram no exterior em junho deste ano

POR **THIAGO** RAFAEL BURCKHART, acadêmico de Direito da FURB, pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direitos Fundamentais, Cidadania e Novos Direitos (FURB), da Academia Brasileira de Direito Constitucional e extensionista do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) <thiago--rafa@hotmail.com>

**E**m junho de 2013, muitos se surpreenderam com a onda de manifestações que ocorreu em centenas de cidades do país e que levou cerca de um milhão de pessoas às ruas. Os protestos foram ocasionados em virtude da repressão policial exercida contra o Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo no início daquele mês. A repressão foi noticiada pela grande mídia brasileira e pelos novos meios de comunicação e deflagrou uma onda de insatis-

fação e revolta.

As manifestações geraram repercussão a nível internacional, tendo as maiores mídias noticiado o evento e relatado ainda a difícil realidade brasileira no que tange à corrupção política e econômica, à educação, à saúde e aos serviços básicos do país que se encontram em situação precária. Nesse sentido, pensando no âmbito das manifestações e do “movimento” deflagrado, parte-se para uma análise deste pautado numa reflexão acerca dos impe-

rativos da cidadania, subjetividade e emancipação, como adverte o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (1999), com o objetivo de entender as características desse movimento.

Nesse contexto, a filósofa Rosa Luxemburgo afirmou que “é certo que todo movimento novo, quando começa a formular sua teoria e política, apoia-se em movimentos precedentes, ainda que se encontre em contradição direta com o mesmo” (1974, p. 1). Dessa forma, mirando o movimento de ju-

nho de 2013, pode-se afirmar que devido à sua abrangência nacional, este encontra-se apoiado nos grandes movimentos históricos nacionais, como o “Diretas Já” e o “Fora Collor”. Entretanto, os movimentos históricos possuíam uma pauta de reivindicação clara e objetiva, enquanto que o movimento de junho de 2013 não a possuía, sendo esta uma de suas principais características.

Ainda nessa direção, pensando na teoria de Boaventura de Sousa Santos, pode-se afirmar que a base para qualquer movimento social é a consciência (subjetividade) e a cidadania (mobilização), que juntos e equilibrados caminham para a emancipação social. Nesse contexto, observa-se que o que ocorreu em junho de 2013 foi uma grande onda de mobilização social, mas que não trabalhou a questão da consciência, ou seja, a subjetivação de uma causa, de uma proposta política ou de uma necessidade social, sendo o retrato de uma externalização de ideais, pensamentos e ideologias diversas e até mesmo conflitantes.

Na teoria de Boaventura, pode-se afirmar que o movimento de junho de 2013 ficou aquém de uma síntese conseguida entre subjetividade, cidadania e emancipação, causado por um excesso de regulação. Assim sendo, a cidadania sem subjetividade nem



emancipação, como ocorrido, causa a normalização disciplinar foucaultiana, ou seja, a não transformação social em virtude de um poder controlador de massas (biopoder).

Partindo para a teoria da modernidade líquida de Zygmunt Bauman, em que as relações sociais não são mais duradouras, mas perpassam momentos, epifenômenos, e se acabam, e fazendo um contraponto com o mundo globalizado e “plugado”, é possível afirmar que esse foi o primeiro grande movimento organizado por meio da internet, por uma geração já formada por meio da utilização da “rede” e que quebra com o monopólio dos grandes meios de comunicação de massa. Caracteriza-se, dessa forma, como um novo movimento social, mas que não possui uma ideologia e uma causa, onde cada pessoa luta por aquilo que acha melhor para si e para o país.

Isso causa uma grande perda do senso de coletividade e de comunidade, em virtude do consumismo exarcebado, do individualismo e da ideologia do lucro. O que via-se nas ruas era cada pessoa reivindicando sua própria causa, levantando sua própria

bandeira e lutando por seus próprios objetivos, como no Facebook quando se compartilha com um clique aquilo que acreditamos, que concebemos como certo e socialmente correto. A noção de coletividade e de reivindicação de uma pauta clara e objetiva faz parte da própria lógica de um

**Pode-se afirmar que a base para qualquer movimento social é a consciência (subjetividade) e a cidadania (mobilização), que juntos e equilibrados caminham para a emancipação social**

movimento social. Se não há motivos para sair da inércia social, não cria-se um movimento.

Por último, é oportuno também evidenciar que o movimento não se voltou contra o poder econômico, mas contra o poder político. Muitos pensadores já

evidenciaram que o poder econômico chegou a uma proporção tão grande e se amadureceu, tornando-se tão forte que hodiernamente esse poder se sobrepõe ao poder político. O constitucionalista italiano Carlo Amirante reflete em sua obra “Da forma Estado à forma mercado” sobre esse fenômeno decorrente do capitalismo e da globalização, evidenciando que o poder político atual representa em sua grande maioria a vontade, interesses e necessidades do poder econômico, olvidando-se das necessidades sociais emergentes, sendo poucos os representantes políticos que tomam atitudes de cunho social.

Contudo, após essa breve reflexão, não pretendo atribuir qualquer julgamento de valor quanto ao movimento, pois penso que cada ação social possui reações que se dão tanto negativa, quanto positivamente. Entretanto, pensando na necessidade de emancipação social, vê-se que os problemas causadores da “revolta popular” encontram-se fincados num plano superior: ao próprio poder econômico, que legitima a continuação de uma ordem segregacionista, desigual, classista, sexista e autoritária. Como bem

adverte Milton Santos (2001), “a globalização atual é um período de crise permanente”, e os caminhos para uma outra globalização sairão dos países subdesenvolvidos, dessa forma, cabe a nós, como povo excluído e periférico do contexto global, procurar a emancipação social de modo a equalizar a cidadania e a subjetividade.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMIRANTE, Carlo. Dalla forma stato alla forma mercato. Torino: Giappichelli, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma o revolucion. Buenos Aires: Papeles Políticos, 1974, p. 1

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999, p. 235 - 280.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, p. 153 - 154.



Fotos Magali Moser





google Imagens

# Justiça ou farsa?

Um outro olhar sobre a condenação de estrelas do Partido dos Trabalhadores (PT) pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

POR **SUZANA SEDREZ**, Doutora em Educação, Mestre em Ciências Sociais aplicadas à Educação. Graduada em Pedagogia, Artes e Psicologia. Professora aposentada da FURB

<ssedrez@furb.br>

**T**udo leva a crer que a decisão de condenação de estrelas do Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi motivada por razões eminentemente políticas. Não bastasse a teoria do domínio de fato, sem provas, assistimos à espetacularização do fato, com tomadas cinematográficas, insistentemente veiculadas na mídia dominante.

Na sequência os requintes sádicos, algemas, deslocamento para Brasília, negligência à saúde do deputado José Genoíno e proposição da sua cassação, falta da carta de sentença, gasto de dinheiro público, uso do dia 15, como marco moralizador, entre outras violências simbólicas.

Nessa época o presidente do STF é visto na companhia sorridente e bronzeada de Aécio Neves. Sendo cogitado para ser governador de Minas Gerais e até vice-presidente na chapa do Partido da Democracia Social Brasileira (PSDB). Isto por si só é um acinte, mas tem ainda o fato do seu filho ter sido contratado pela Globo, de frequen-

tar a casa de um certo apresentador global, entre outras irregularidades na compra de apartamento em Miami, nos Estados Unidos da América (EUA).

Nomes como Luiz Eduardo Greenhalgh, Ives Gandra, Janio de

**Precisamos de Reforma Política, Reforma de Estado, reforma do pensamento, da maneira de ver o mundo e da maneira de agir e julgar. Há uma inversão de valores construída como legal, na ilegalidade**

Freitas, Izaías Almada, Eric Nepomuceno, Leonardo Boff, Dilma Rousseff, Luis Inácio Lula da Silva se posicionando sobre o descalabro das medidas de um homem cego na

sua verdade egóica, cuja representação de poder invade e desrespeita as outras esferas constituídas.

O fato é que oito prisioneiros ilustres foram transferidos para Penitenciária da Papuda, maior cadeia do Distrito Federal, apesar das objeções dos seus advogados. Algumas penas da AP 470 são em regime fechado, outras em regime aberto. A situação criada pelo Ministro Joaquim Barbosa (JB) deixou o juiz da Vara de Execuções Penais (VEP) de Brasília, Ademar Vasconcelos, atrapalhado e em descompasso com a Polícia Federal, responsável pelo cumprimento das penas. Demitido por JB, foi substituído por Bruno André Silva Ribeiro, filho de um ex-deputado do PSDB.

O que deveria ter sido investigado, em âmbito do código eleitoral e não do código penal, é a situação histórica de “caixa dois” de todos os partidos do País. No entanto a distorção dos fatos para uma cruzada moralizadora contra a corrupção e a análise tendenciosa de JB, para enquadrar o que se convencionou como “mensalão”, tem gerado vá-

rias manifestações de repúdio às prisões ilegais. Juristas, advogados, professores, filósofos, políticos, sindicalistas, entre outros, começam a expor as contradições do STF.

Precisamos de Reforma Política, Reforma de Estado, reforma do pensamento, da maneira de ver o mundo e da maneira de agir e de julgar. Há uma inversão de valores construída como legal, na ilegalidade. O legal aparenta ser justo e bom. Função da ideologia... “santa” Marilena Chauí que nos ensina sobre sua função em escamotear para os dominados a sua própria existência de dominação.

O que dizer da pressa em julgar e repetir chavões daqueles que sequer suspeitam vibrarem no nível do senso comum? Daqueles que nem se dão conta do jogo de xadrez que esconde, de imediato, disputas eleitorais de 2014, tornando necessário desgastar e derrotar um inimigo tão poderoso? Porque um novo Brasil está se fazendo, e mais rápido do que se imaginava, com aprovação e muito interesse (inclusive econômico) de líderes da América Latina, EUA, Europa, entre outros.



google Imagens

# Cinco anos do **desastre** natural ocorrido no **Vale do Itajaí**

Flagelada há mais de um século por inundações, a população testemunha a preocupação com novas obras projetadas para o município capazes de agravar os desastres ambientais na região

POR **LUCIA SEVEGNANI**, presidente da Associação  
Catarinense de Preservação da Natureza (ACAPRENA)

<acaprena@gmail.com>

**N**ão há morador do vale do Itajaí que não se inquiete diante de uma tempestade eminente, e nem se aflija durante sucessivos dias de chuvas intensas. Em 2008, em dois dias precipitou 500 L/m<sup>2</sup> ou 500 mm de chuva, valores nunca antes registrados nesta região.

Flagelada há mais de um século por inundações e enxurradas, a população do Vale do Itajaí constatou estarrecida que muitas encostas e margens de rios também podiam escorregar matando pessoas e demais espécies, destruindo casas, indústrias, rodovias e escolas. Muitos proprietários além perder suas casas viram desaparecer encosta abaixo também o terreno em que elas estavam construídas.

As duras lições de 2008 ainda permeiam as cabeças, histórias e a economia das comunidades dentro e fora do vale do Itajaí como em Ilhota, Blumenau, Gaspar, Benedito Novo, Pomerode, Timbó, Indaial, estas no Vale, além de Massaranduba, Jaraguá do Sul, Joinville, Garuva, Florianópolis, Camboriú, Itajaí entre

dezenas de outras na Vertente Atlântica do Estado.

Perderam a vida, em 2008, 143 pessoas, além de ferir, desalojar e desabrigar milhares de outras. Os poderes públicos federal, estadual e municipais despenderam vultosas somas de dinheiro em projetos de recuperação.

Para tanto, foram reconstruídos novos trechos de rodovias e escolas, bem como novos condomínios e residências para os atingidos, iniciativas estas que tentaram dar conforto e minimizar um pouco das perdas da população diretamente atingida. Donativos chegaram ao Vale oriundos das mais diferentes partes deste Estado, do país e também do exterior, mostrando a solidariedade dos povos em situações de calamidade.

Hoje, passados cinco anos, apesar de ter havido também as inundações de 2011 e 2013, vemos novas ocupações nas encostas íngremes e margens dos cursos d'água, aterros de áreas inundáveis diminuindo a capacidade de retenção de água nas planícies, raras ações de educação para os desastres nas escolas

e nas associações de moradores e condomínios. As ações mais visíveis são obras estruturais (dragagens, retificações e intervenções nas margens de rios, aterros,

**Passados cinco anos, vemos novas ocupações nas encostas íngremes e margens dos cursos d'água, aterros de áreas inundáveis diminuindo a capacidade de retenção de água nas planícies, raras ações de educação para os desastres nas escolas e associações de moradores**

cortes em encostas, muitas delas irão agravar as consequências dos próximos eventos de chuva intensa).

Merece destaque positivo, por sua relevância, o sistema de monitoramento da precipitação e da movimentação de solo das encostas em implantação pelo governo.

As Defesas Cíveis e os demais órgãos do poder público devem agir junto às comunidades no sentido de informar e coibir construções e ações que venham ampliar os desastres naturais nas regiões propensas a estes eventos.

Ressalte-se, porém, que falta intenso programa educativo relativo aos desastres, além de medidas de recuperação ambiental de áreas degradadas em área urbana e rural.

Lembramos, também, que a Associação Catarinense de Preservação da Natureza (Acaprena) se preocupa com novas obras projetadas para o município de Blumenau, como a rodovia marginal ao ribeirão Garcia, bem como aquelas executadas, e em implantação na bacia do Itajaí e demais municípios de Santa Catarina, que ao nosso ver poderão agravar os desastres naturais, a exemplo do que ocorreu em 2008.

## Ex-trabalhadores da Malhas Emerson fazem protesto em Gaspar

Gritos por justiça marcaram o protesto feito por ex-trabalhadores da Malhas Emerson em mobilização dia 20 de novembro, em frente ao fórum de Gaspar. A manifestação foi um repúdio aos mais de 17 anos de demora da Justiça em processar os pagamentos da massa falida. Ao todo, a empresa tinha em seu quadro mais de 300 trabalhadores e até agora nenhum deles recebeu sequer um centavo dos direitos trabalhistas.

O fator mais agravante é que apenas 21,49% dos valores totais, os trabalhadores terão direito a receber, visto que todos os bens foram vendidos ainda em 2007, e não supriram o valor dos processos trabalhistas. Os valores dos bens estão depositados em juízo.



Foto: Guilherme Puerari

## Aulas dos novos cursos da FURB iniciam em 2014

Iniciam no primeiro semestre de 2014 as aulas das novas graduações da FURB, em Jornalismo e Engenharia Mecânica e o Doutorado em Engenharia Ambiental.

O curso de Jornalismo da FURB é o primeiro do Brasil a se adequar às novas diretrizes curriculares do Ministério da Educação (MEC), segundo a professora e coordenadora do curso Rosemeri Laurindo.

## Escolhido o novo coordenador do Comitê Furb Federal

O professor Roberto Diniz Saut, do Centro de Ciências Jurídicas, foi escolhido por unanimidade como o novo coordenador do Comitê Pró Federalização da FURB. O professor Clóvis Reis, no cargo desde abril de 2011, passou o comando do comitê sexta-feira, dia 29 de novembro em plenária. Desde a sua fundação, em 1964, a trajetória da Furb mostra que a estrutura se consolidou como universidade de caráter público.

O movimento pela federalização foi criado em 2002 e foi marcado por várias manifestações populares ao longo deste período. Um dos principais desafios agora é reabrir o diálogo e contactar autoridades e lideranças em favor desta luta.

## Documentário conta a história de jornal produzido por moradores de rua

A história de um jornal feito totalmente por moradores de rua da cidade de Porto Alegre (RS) é o tema do documentário Boca de Rua – Vozes de uma Gente Invisível. Lançado esta semana, o vídeo mostra como a publicação serve como forma de comunicação a quem vive em situação de invisibilidade social.

Com textos, fotos e ilustrações que revelam um pouco da realidade escondida nas grandes cidades, o veículo é fonte de renda para os participantes do projeto.

Atualmente o jornal tem 30 integrantes e circula a cada três meses na capital gaúcha. Cerca de 135 pessoas já passaram por sua redação e pelo menos 70 saíram das ruas depois da oportunidade de participar do projeto. O documentário pode ser assistido na internet através do Youtube ([www.youtube.com/watch?v=5TtoMSiRn0w](http://www.youtube.com/watch?v=5TtoMSiRn0w)).

## Na Semana da Consciência Negra FURB cria Núcleo de Estudos Afro/ Brasileiro/Temas Transversais (NEAB)

A FURB lançou dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, no auditório do Bloco T o Núcleo de Estudos Afro/Brasileiro/ Temas Transversais, intitulado NEAB/FURB. Será o primeiro a ser lançado em uma universidade da região e o objetivo é fomentar a pesquisa, cultura, ensino e extensão dos temas relacionados.

O diretor de Imprensa e Comunicação do SINSEPES, professor Carlos Alberto Silva da Silva é o idealizador do Núcleo.



Movimento Cisne Negro de Blumenau

## Estudo aponta avanços e fragilidades no combate à violência contra a mulher no mundo

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), duas de cada três mulheres são assassinadas na América Central apenas pelo fato de serem mulheres. Por conta dessas circunstâncias, a fim de analisar em profundidade os planos e as políticas criadas pelos Estados de cada região e sua legislação com o quadro legislativo em vigor, foi lançado no último fim de semana, no Panamá, o relatório "O compromisso dos Estados: planos e políticas para erradicar a violência contra as mulheres na América Latina e Caribe", elaborado pelo PNUD e pela ONU Mulheres, em colaboração com o Instituto Nacional da Mulher do Panamá (Inamu).

# O homus numericus e a universidade

POR MARCOS ANTÔNIO MATTEDI, professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Ciências Sociais.

<mam@furb.br>

“Ceci tuera cela” diz Claude Frollo ao ver o primeiro livro impresso. Para o anti-herói criado por Victor Hugo, a invenção da imprensa representaria o fim do monumento como expressão das crenças religiosas. Afinal, com a publicação da bíblia a arquitetura deixaria de ser o suporte das ideias religiosas. Na famosa passagem de Notre Dame de Paris inscreve-se uma transformação social no qual o aumento da alfabetização significa o declínio da elite clerical letrada. A metáfora exprime o pressentimento que o pensamento muda com a mudança de sua forma e expressão.

Cada vez que atravesso os corredores da FURB a frase de Claude Frollo ecoa mais forte. É sempre mais difícil encontrar alguém lendo um livro. Alunos e professores, nós estamos cada vez mais ligados em nossos *smartphones*. Vivemos um momento em que as tecnologias digitais entram em simbiose com as práticas comunicativas, produtivas, afetivas, sexuais, educacionais, recreativas, etc., redefinindo as ligações sociais. E assim, o livro parece deixar de ser a melhor forma de transportar informação. A sensação que fica é que uma mudança profunda está acontecendo.

Durante 52 semanas, entre abril de 2012 e março de 2013, postei dominicamente uma nota em meu perfil do meu Facebook chamada Crônicas do Meu Demônio. A ideia era ultrapassar as fronteiras entre fato e ficção nos termos do modelo proposto algumas vezes pelas *short stories* de David Foster Wallace. Os resultados foram gratificantes, conheci muitas pessoas e aprendi muito sobre mim mesmo. Mas um dos comentários recorrentes, inclusive de pessoas que têm o hábito de escrever regularmente, foi que os textos eram longos demais!

Um outro exemplo curioso desse tipo de impasse pode ser observado no Tumblr. O Tumblr é uma plataforma de *blogging*, ou melhor, um blog de blogs que permite ao usuário publicar imagens, vídeos, links, citações, áudio e texto. Constitui o paraíso dos *Gifs*, aquelas imagens que se mexem. Quando comecei a me aventurar nesta plataforma o que me chamou a atenção foi que o Tumblr possui um tipo de *post* chamado *long reads*. Isto significa que os textos são classificados somente pelo tamanho em função da plataforma que é utilizado para expressá-lo.

Certa vez levei meus alunos para uma atividade na biblioteca. O propósito era aproximá-los dos recursos bibliográficos que não tinham acesso em sala de aula. Formados

os grupos e distribuídas as atividades, sacaram os computadores e começaram a trabalhar. Depois de um algum tempo se dirigiram a mim dizendo que não haviam encontrado o material. Surpreso procurei saber o que havia acontecido e descobri que eles haviam limitado a pesquisa a arquivos de ppt no Gogle (*Google*). Sequer haviam se levantado para procurar nos registros da biblioteca ou nas estantes.

Outra experiência desconcertante diz respeito ao uso das tecnologias móveis em sala de aula. Com o acesso fácil à internet, os celulares se tornaram um desafio para os professores. Um olho nas mensagens e outro nas explicações... E a UNESCO até lançou este ano um *guidelines for mobile learning*, mas

**É sempre mais difícil encontrar alguém lendo um livro. Alunos e professores, nós estamos cada vez mais ligados em nossos smartphones. Vivemos um momento em que as tecnologias digitais entram em simbiose com as práticas (...) E assim, o livro parece deixar de ser a melhor forma de transportar informação**

não acredito que alunos sejam multitarefas ou possuam atenção multilinear do tipo *fuzzy*. Por isso, cada vez perco mais minhas energias na disputa da atenção com os *smartphones*. Pode parece antipático, mas para mim sala de aula é lugar de desligar o celular.

Mas talvez o exemplo mais dramático dessas transformações eu presenciei dentro de casa com a minha filha. Ela não “curte” Facebook, Twitter, Tumblr, mas o Snapchat que descobriu na escola. O Snapchat é um aplicativo para dispositivos móveis que permite a comunicação através de imagens. O aplicativo permite o envio de fotos ou vídeos que se autodestroem em menos de 10 segundos depois de serem vistos. Sua utilização não é séria e se refere a momentos bobos do cotidiano e talvez “sexting”. As imagens possuem um tempo de vida curtíssimo, evitando deixar rastro.

Claro, os sinais estão em todas as partes. Da biblioteca à sala de

aula, passando pela casa estamos presenciando o surgimento do *homus numericus*. Ele constitui o resultado dos paradoxos do mundo digital. Caracteriza-se pela focalização sobre os detalhes. Procede por imitação e oportunidade. Vive isolado, mas forma comunidades; é elitista, mas massifica informações. Convertem a internet em cultura. Por isso personagens como Fanboy, Gadgetboy, Gamer, Otaku, Hacker, ou seja, o *homus numericus* está se transformando num indivíduo banal do Século XXI.

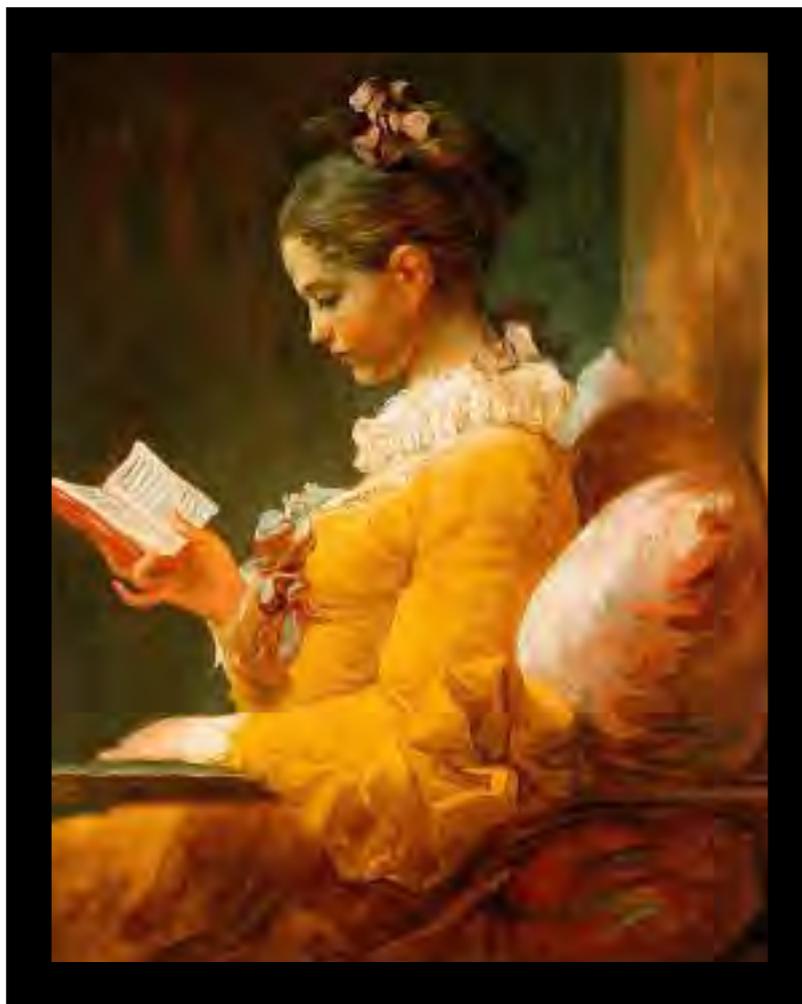
Claro que essa mudança gera inquietude entre pais e professores. As práticas digitais constituem um empobrecimento ou enriquecimento cognitivo? A paixão dos jovens pelas redes sociais representa isolamento ou novas formas de sociabilidade? A formação da identidade é afetada pelas formas de expressão digitais? Os meios digitais geram formas de dependência? Por que a universidade demora tanto para se apropriar desses novos meios de interação? Não existem respostas simples, imediatas e definitivas sobre essas questões.

Por isso a questão dos meios digitais tem sido amplamente debatida. A tecnologia constitui, paradoxalmente, um apoio e um empecilho à produção do conhecimento. Para além da “tecnofobia” e da “tecnofilia” típica da dialética pessimista-otimista, existe um debate importante na universidade. O certo é que depois de uma geração, os suportes digitais concentra-

ram o livro e a imprensa, a televisão e o telefone, a rádio e o cinema, a escrita e a leitura. Assim, tanto antes como agora, o que está em jogo nessa convergência é o domínio da produção e transmissão do conhecimento.

O debate sobre o declínio da escrita e leitura, a atenção e concentração e, portanto, a produção e transmissão do conhecimento não são novas. Remonta à querela sobre se a alfabetização de massa, os jornais e a ficção popular comprometiam a leitura atenta, passa pela questão da televisão, do rádio e os meios de comunicação de massa da geração passada e chega até nós através da questão da internet. Nas ciências sociais os estudos se empilham e não cessam de se contradizer. A impressão que fica é que depende da capacidade de filtro de quem usa.

Sabemos, contudo, que nossa relação com o mundo é tecnicamente produzida. Portanto, a resposta para essas questões deve ser buscada nos modos de vida modernos. Os meios digitais exigem uma compreensão imediata, diminuindo a importância dos suportes impressos. A crescente dificuldade das pessoas em mergulhar num livro ou em artigos longos está associada ao autocontrole. Muitas vezes o acesso efêmero, fragmentado de textos, imagens e sons constitui a única escolha para a maior parte desses grupos. Porém a única certeza que temos é que esta transformação esta apenas começando,



Quadro A Leitora (1770-1772) de Jean-Honoré Fragonard



# O avesso do Contexto

Foto: Ítalo Mongconãnn

A análise de um indígena sobre as tentativas de marginalização e erradicação da população Xokleng/Laklãnõ no Vale do Itajaí e as formas de resgate e busca por direitos e cidadania

POR ÍTALO MONGCONÃNN, publicitário e indígena

<italopublicitario@gmail.com>

A questão indígena no Vale do Itajaí, assim como em todo o país, costuma ser retratada sob as mesmas vozes oficiais ao longo da história. Dificilmente as comunidades indígenas são ouvidas, favorecendo a marginalização e descontextualização do povo Xokleng/Laklãnõ. Como membro deste povo, sinto responsabilidade e obrigação de contribuir para esse debate. Para localizar você, caro(a) leitor(a), refiro-me à comunidade indígena que se localiza no município de José Boiteux (SC) (a aproximadamente 56 km de Blumenau e 130 km da capital, Florianópolis). O território abrange também os municípios de Vitor Meireles, Doutor Pedrinho e Itaiópolis, embora a maior parte dele esteja concentrado em José Boiteux, onde vivem cerca de 1.500 indígenas Xokleng/Laklãnõ que residem permanentemente na Terra Indígena e mais 2.000 que moram em municípios vizinhos do Médio e Alto Vale do Itajaí. Estes se declaram moradores da Terra Indígena e também abrigam junto a eles alguns poucos indígenas das etnias Guarani e Kaingang.

É curioso perceber a interpretação que se faz da imagem do índio ao se falar de índio, independente da etnia, sendo do Vale do Itajaí ou não, pois a grande maioria se remete a uma representação constituída por moradores

da mata, cuja alimentação é feita somente de frutas, caça e pesca, caracterizando-os como seres de baixa estatura e de traços fortes, com marcas que enaltecem muitas vezes uma beleza exótica e diferente e, claro, sem olhos azuis!

Com base em processos históricos, sabe-se que existem muitas relações conflitantes por diferentes contextos políticos e ideológicos. Há olhares carregados de “pré-conceitos” pela sociedade

**Os Xokleng/Laklãnõ são sobreviventes de um processo brutal de colonização, liderado por governantes, entre eles, o famoso Dr. Blumenau, considerado para muitos um “herói”, mas a história esquece de contar quantas orelhas e cabeças de indígenas ele mandou cortar**

não indígena. Esse “pré-conceito” se ampara em representação idealizada, com base em argumentos que os denigre, fazendo com que as comunidades, próximas à Terra Indígena (Alto Vale), muitas vezes caracteriza-

das como comunidades rurais, promovam ameaças e agressões de certa forma veladas, mas que estabelecem diferenças altamente significativas para ampliar a baixa auto estima dessas pessoas. Nos centros urbanos (Médio Vale) esse “pré-conceito” é menos visível mas se mostra igualmente cruel na forma de rejeição que se apoia na representação divulgada pela mídia, contribuindo para que a população urbana veja o indígena deslocado de seu meio. Nesse contexto é interessante apontar que o indígena na literatura é apresentado de forma idealizada como o tradicional dono das terras, sendo ele quem habitava o Brasil antes da chegada dos invasores europeus. Também são mencionados e representados como sendo filhos da natureza que sabem preservar o ambiente, mas também carregam uma história pregressa que os coloca como grupamentos humanos em fase de esquecimento.

A história dos Xokleng/Laklãnõ sempre foi conflituosa, pois sua índole guerreira para defender seus costumes e território contribuiu para que fossem vistos, inclusive por pessoas ligadas ao governo estadual, como empecilhos que ameaçavam o processo de colonização, havendo por parte do poder político da capital, a decisão de apoiar o total extermínio dos Xokleng/Laklãnõ.

Essa população é constituída

pelos sobreviventes de um processo brutal de colonização, liderada por governo e governantes, entre eles, o famoso Dr. Blumenau, considerado para muitos um “herói” por desenvolver a cidade de Blumenau, mas a história esquece de contar, quantas orelhas e cabeças de indígenas ele mandou cortar (matar) para fazer então a sua linda e bela Colônia.

Em meio a tudo isso, encontra-se um movimento liderado pela comunidade indígena Xokleng/Laklãnõ em sua maioria jovens, para resgatar e buscar seus direitos de cidadania, esquecidos pelos órgãos que são responsáveis para auxiliar o indígena, como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que muitas vezes atrapalha ao invés de ajudar. Esse movimento surgido com os jovens indígenas da comunidade Xokleng/Laklãnõ, dá-se dentro das universidades, onde indígenas buscam conhecimento em várias áreas de formação, tendo como objetivo, após a sua conclusão, aplicar os conhecimentos dentro da comunidade, apostando em seu desenvolvimento.

Em meio a tanto, vale salientar que hoje os indígenas Xokleng/Laklãnõ são considerados como um grupo diferenciado por sua trajetória, vivem em tempos modernos, com casas, carros, celulares, internet e lutam pela sua sobrevivência política, ampliando a cada dia, o processo de pacificar os não indígenas.